

Investigação Defensiva: O poder do advogado de produzir suas próprias provas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | 21/07/2026



Advogado pode investigar por conta própria no processo penal por meio da investigação defensiva, produzindo provas lícitas e éticas para fortalecer a defesa, desde que respeite os limites legais e os direitos fundamentais das partes envolvidas.

Você já ouviu falar que **advogado pode investigar por conta própria no processo penal**? Isso não é só um mito jurídico, mas uma prática chamada investigação defensiva, que tem ganhado destaque na proteção dos direitos do cliente. Quer entender como funciona esse poder de produzir provas diretamente? Vamos conversar sobre isso.

O que é investigação defensiva no processo penal

A **investigação defensiva** no processo penal é um instrumento legítimo que permite ao advogado produzir provas para a defesa do acusado. Diferente da investigação oficial conduzida pelo Ministério Público ou pela polícia, essa pesquisa é feita visando garantir o direito à ampla defesa. O advogado não atua como investigador público, mas pode reunir informações,

documentos, e realizar diligências que ajudem a esclarecer fatos e fortalecer a posição do cliente.

Características principais da investigação defensiva

Ela é orientada pela necessidade de buscar elementos que possam contrariar as provas da acusação ou ampliar a compreensão sobre o caso. Entre as ações possíveis, estão a oitiva de testemunhas, a requisição de documentos e a coleta de provas de forma lícita. A investigação deve respeitar os limites éticos e legais, evitando qualquer ato ilícito.

O **Estatuto da OAB e o Código de Ética** garantem ao advogado a prerrogativa de agir na defesa do cliente com liberdade, contanto que não ultrapasse o campo legal. Essa prerrogativa facilita a busca de provas que muitas vezes são essenciais para um julgamento justo.

Além disso, decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhecem e regulam essa modalidade de investigação para fortalecer a defesa técnica, aumentando a transparência e o equilíbrio no processo penal.

Como o advogado pode coletar provas por conta própria

O advogado pode adotar diversas estratégias para coletar provas por conta própria, sempre dentro dos limites legais e éticos. A busca por provas começa com a análise detalhada dos documentos disponíveis e a verificação de fatos que possam beneficiar o cliente.

Meios legais para coleta de provas

Entre as formas permitidas está a oitiva de testemunhas, que

pode ser feita diretamente pelo advogado ou por meio de diligências extrajudiciais. Além disso, o profissional pode solicitar documentos públicos e privados que tenham relação com o caso. É importante que todas as provas coletadas respeitem os direitos fundamentais e não envolvam violação de privacidade ou fraude.

Utilização da investigação particular é uma ferramenta válida, quando contratada, para apurar fatos e reunir elementos para defesa, desde que a atuação seja transparente e respeite a lei. O advogado deve verificar a veracidade e a legalidade das provas obtidas, garantindo que sejam aceitas no processo penal.

Por fim, a colaboração com especialistas, como peritos e investigadores particulares, pode enriquecer a defesa e trazer fundamentos técnicos ou científicos às provas coletadas diretamente pelo advogado.

Limites legais da investigação realizada pelo advogado



A investigação realizada pelo advogado no processo penal possui limites claros para garantir que todas as provas sejam obtidas dentro da legalidade. O advogado não pode agir como autoridade policial, tampouco praticar atos que poderiam violar direitos fundamentais, como invasão de privacidade ou obtenção ilícita de provas.

Restrições fundamentais na investigação defensiva

Entre os limites mais importantes está o respeito às garantias constitucionais do acusado, como o direito ao sigilo de correspondência, à inviolabilidade do domicílio e à intimidade. O advogado deve evitar ações que comprometam esses direitos, sob pena de nulidade das provas obtidas e possíveis sanções éticas.

Além disso, o Código de Ética da OAB estabelece que o profissional deve atuar com integridade, não podendo utilizar métodos fraudulentos ou ilícitos para produzir provas. A

responsabilidade do advogado inclui assegurar que a defesa seja robusta, mas sempre dentro dos parâmetros legais.

O uso de investigação particular contratada por advogados também está sujeito a essas regras, exigindo que os investigadores atuem legalmente, sem infringir a lei ou os direitos de terceiros.

Casos práticos e jurisprudência relevante

Vários casos práticos ilustram a importância da investigação defensiva no processo penal. Por exemplo, decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmam que o advogado pode coletar provas lícitas para assegurar a ampla defesa, desde que respeite os limites legais.

Principais jurisprudências sobre investigação defensiva

O STF, em seus julgamentos, tem consolidado o entendimento de que **o advogado possui o direito de produzir suas próprias provas**, o que fortalece o equilíbrio entre acusação e defesa. Essa posição é essencial para garantir um processo justo.

Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem destacado a atenção para que essas provas não sejam obtidas por meios ilícitos, como violação de segredo profissional ou invasão de privacidade. Tal rigor preserva os direitos das partes envolvidas e mantém a integridade do processo penal.

Em casos práticos, a investigação defensiva permitiu a obtenção de testemunhos e documentos que alteraram significativamente o rumo de processos, demonstrando seu valor para a justiça criminal.

Cuidados éticos e de responsabilidade na investigação

Na investigação defensiva, o advogado deve agir com ética e responsabilidade para preservar a integridade do processo e a confiança na profissão. É fundamental respeitar os **princípios éticos da advocacia**, evitando o uso de métodos ilícitos ou desonestos para obter provas.

Princípios éticos essenciais

O advogado precisa assegurar que sua atuação não prejudique terceiros ou viole direitos fundamentais. A confidencialidade das informações e o respeito à privacidade são pilares que norteiam essa atuação. Além disso, o profissional deve agir com transparência e honestidade, sempre alinhado às normas do Código de Ética da OAB.

A responsabilidade também está presente na avaliação crítica das provas obtidas, garantindo que estejam dentro da legalidade para evitar nulidades processuais que possam comprometer a defesa do cliente.

Por fim, a atuação ética contribui para fortalecer a imagem do advogado como defensor da justiça e dos direitos, promovendo um equilíbrio justo entre acusação e defesa no processo penal.

Conclusão

A investigação defensiva permite ao advogado fortalecer a defesa por meio da produção legítima de provas, respeitando sempre os limites legais e éticos. Compreender esses direitos e responsabilidades é fundamental para uma atuação eficaz e justa no processo penal.

Ao agir dentro das normas, o advogado protege os direitos do cliente e contribui para um processo equilibrado, garantindo

que a justiça seja plenamente exercida.

Portanto, investir no conhecimento sobre investigação defensiva e ética profissional é essencial para quem busca uma defesa qualificada e eficiente.

FAQ – Perguntas frequentes sobre investigação defensiva no processo penal

O que é investigação defensiva no processo penal?

É o direito do advogado de produzir provas para a defesa do acusado, respeitando os limites legais e éticos, buscando garantir a ampla defesa.

O advogado pode colher qualquer tipo de prova por conta própria?

Não, o advogado deve coletar provas apenas por meios lícitos e éticos, evitando atos que violem direitos fundamentais ou que sejam ilegais.

Quais são os limites legais para a investigação feita pelo advogado?

O advogado não pode agir como autoridade policial, violar privacidade, invadir domicílio ou utilizar métodos ilícitos para obter provas.

Qual a importância da ética na investigação defensiva?

A ética preserva a integridade do processo, protege direitos

das partes e mantém a confiança na advocacia, evitando o uso de métodos fraudulentos.

Existem decisões judiciais que reconhecem a investigação defensiva?

Sim, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça reconhecem e regulam esse direito, desde que respeitados os limites legais.

Como a investigação defensiva pode contribuir para a defesa?

Permite ao advogado apresentar provas consistentes e legítimas que podem modificar o rumo do processo, garantindo um julgamento mais justo.

[Fale com um especialista](#)